

ESCÂNDALO CÂMARA DE TAUBATÉ JÁ FOI DERROTADA NAS DUAS PRIMEIRAS INSTÂNCIAS, E AGORA TENTA REVERTER A DECISÃO NO STJ

‘FARRA’: STJ REJEITA RECURSO DA CÂMARA

Superior Tribunal de Justiça rejeitou recurso da Câmara de Taubaté contra a decisão que obriga a cessão ao jornal de relatórios de viagens oficiais da legislatura de 2013 a 2016



TAUBATÉ

Julio Codazzi
@juliododazzi



O STJ (Superior Tribunal de Justiça) rejeitou um recurso apresentado pela Câmara de Taubaté contra a decisão que obrigou o Legislativo a disponibilizar ao jornal relatórios de viagens oficiais realizadas na legislatura de 2013 a 2016. A decisão foi tomada no último dia 4 pelo ministro Gurgel de Faria, relator do processo.

Nessa etapa do processo, o Legislativo, que já foi derrotado nas duas primeiras instâncias, tenta fazer com que a ação seja analisada outra vez, agora pela terceira instância. Nesse recurso o STJ não analisou o mérito do caso (se a Câmara deve ou não disponibilizar os relatórios de viagens oficiais da legislatura de 2013 a 2016 ao jornal), e sim se o processo preenche ou não os requisitos para ser julgado pela instância superior.

Como esse recurso, chamado agravo em recurso especial, foi negado pelo relator, ainda cabe à Câmara uma última apelação, o agravo interno para a turma, que seria analisado em julgamento colegia-



Caixa-preta. Sede da Câmara de Taubaté



Relator. O ministro Gurgel de Faria, do STJ

do, com a participação outros ministros do STJ. Questionado pela reportagem, o Legislativo informou que não comentaria a decisão.

CAIXA-PRETA.

Em setembro de 2018, dois meses após revelar o escândalo da ‘Farras das Viagens’, que

HISTÓRICO

Caso da ‘Farras das Viagens’ envolveu 14 parlamentares da legislatura passada

CASO. A ‘Farras das Viagens’ envolveu 14 parlamentares da legislatura 2017-2020. No fim de 2018, os envolvidos devolveram mais de R\$ 14 mil que haviam recebido em 70 viagens com irre-

111

MIL REAIS

os 19 vereadores da legislatura 2013-2016 receberam nos quatro anos por despesas com viagens

gularidades. Em 2020, as investigações nas esferas cível e criminal foram arquivadas - o MP entendeu que, como houve devolução do dinheiro, não ficou configurado crime ou improbidade. ■

é referente à legislatura passada (2017-2020), o jornal solicitou à Câmara, via LAI (Lei de Acesso à Informação), acesso a relatórios de viagens realizadas entre 2013 e 2016.

Depois da negativa do Legislativo, o jornal ajuizou em dezembro daquele ano um mandado de segurança. Em julho de 2019, a Vara da Fazenda Pública de Taubaté julgou a ação procedente.

A Câmara apresentou então um primeiro recurso, que acabou rejeitado por unanimidade pela 9ª Câmara de Direito Público do TJ no fim de setembro de 2019.

Em outubro de 2019, o Legislativo apresentou então um segundo recurso, para pedir que o caso fosse remetido ao STJ. Em janeiro de 2020, no exame de admissibilidade, o desembargador Magalhães Coelho, presidente da Seção de Direito Público do TJ, negou seguimento a esse recurso especial.

Portanto, o agravo em recurso especial, que foi analisado pelo STJ, já é a terceira apelação do Legislativo.

De acordo com dados do Portal da Transparência, os 19 vereadores da legislatura de 2013-2016 receberam R\$ 111 mil nos quatro anos para ressarcir despesas com viagens. ■